

**ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Bom dia, deputados Paulo Corrêa e Lia Nogueira, que se encontram em suas casas, com Covid-19! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados "Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Trinta e Um da Vigésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo Senhor primeiro secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 22.841/2024, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ofícios nºs 358 e 369/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.804/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 973/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina, Mara Caseiro, Zeca do PT, Roberto Hashioka, Antonio Vaz e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Renato Câmara, Lia Nogueira e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo e Caravina. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 265/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projetos de Resolução nºs 5 a 8/2024, de autoria do deputado Gerson Claro. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 48/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Marco Antônio de Oliveira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Contasul Escritório de Contabilidade SS LTDA., pelos seus quarenta e quatro anos de atividades em Dourados; requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando o uso da tribuna, na Sessão Ordinária do dia 16 de abril de 2024, para pronunciamento do senhor André Luiz Garcia Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Mato Grosso do Sul;

requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando o uso da tribuna, na Sessão Ordinária do dia 18 de abril de 2024, para pronunciamento do senhor Ricardo Bueno, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, que discorrerá sobre a previdência estadual, sob a ótica dos servidores públicos do estado; requerimento de informações, de autoria da deputada Mara Caseiro. O deputado Caravina pediu vista do requerimento de informações, Protocolo nº 604/2024, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Caravina, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Pedrossian Neto, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Jamilson Name, Lidio Lopes, Roberto Hashioka e Zeca do PT.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de abril do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o senhor deputado Coronel David, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Coronel David - PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres pares! Expediente da Sessão Ordinária de 16 de abril de 2024: Ofício nº 1.344/2024, da Presidência da República, respondendo à indicação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 486/2024); Ofício nº 285/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 354/2024); Ofício nº 35/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, encaminhando Celebração do Termo de Convênio Transferegov.br nº 955597/2024 – (16/2024) (Prot. nº 1.131/2024); Ofício nº 1.711/2024, da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, encaminhando o Relatório de Avaliação Atuarial de 2024 do Regimento Próprio de Previdência Social de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3.072/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégia de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 544/2024); Ofício nº 3.243/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 6.976/2023); Ofícios nºs 1.022, 1.034 a 1.036/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações do deputado Coronel David (Prot. nºs 413, 409, 626, 622/2024); Ofícios nºs 41 e 45/2024, da Águas Guariroba, respondendo às indicações dos deputados Roberto Hashioka e Professor Rinaldo (Prot. nºs 541, 679/2024); Cartas nºs 338, 386, 404 e 793/2024, da Águas Guariroba, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Jamilson Name e Marcio Fernandes (Prot. nº 237, 295, 319, 260/2024); Cartas nºs 307 e 314/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp e Lia Nogueira (Prot. nº 6.489/2023, 72/2024). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Registramos e agradecemos a presença do senhor André Luiz Garcia, presidente do Sindicato dos Policiais Penais. Senhores deputados,

eu quero me manifestar a respeito do conflito, deputado Coronel David, no Oriente Médio, por conta da reação do Irã aos ataques de Israel. A política internacional vive uma pressão muito forte. Nós não poderíamos deixar de manifestar nossa preocupação diante de tudo o que está acontecendo. É certo que qualquer reação, neste momento de crise, pode ocasionar um conflito mundial. Então, em nome do Parlamento Sul-Mato-Grossense, peço que as autoridades americanas, as que têm influência na ONU, as nacionais, as nossas embaixadas, enfim, busquem o diálogo, a tolerância. Pela forma com que o Irã respondeu ao ataque ainda não assumido por Israel, preocupa-nos e nos coloca em alerta, porque sabemos que consequências, seja econômica, seja diplomática, podem atingir nosso país. A gente acompanha tudo com temor e com expectativa. Que o equilíbrio tome conta das negociações. Que o iminente perigo de guerra seja neutralizado. Quero aproveitar o momento e já convocar os senhores deputados e assessores parlamentares para uma reunião com a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Educação no dia 18, quinta-feira, das 14 horas às 18 horas, no Plenarinho, para tratarmos dos planos de trabalho, da liberação de emendas, enfim. É importante que os assessores se façam presentes, porque nós estamos fazendo uma força-tarefa para pagar as emendas nos meses de maio e junho. Pois bem. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados! Bom dia, policiais penais, que, hoje, abrilhantam a nossa Sessão! Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa! Eu venho apresentar um requerimento de informações. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado requerimento de informações ao senhor Maurício Simões, secretário de estado de Saúde, com cópia ao senhor Frederico Fellini, secretário de estado de Administração, referente ao pagamento do Piso Nacional da Enfermagem. Na verdade, eu estou reiterando o requerimento de informações que já apresentei em 30 de novembro do ano passado, porque até agora não recebi nenhuma informação. Lembrando que requerimentos de informações aprovados pela Casa devem ser respondidos. Os profissionais da enfermagem me procuraram a fim de fazer a denúncia de que seus salários ainda estão abaixo do piso nacional. Até agora ninguém explica por que o estado não está pagando o piso da enfermagem. Na verdade, o Ministério da Saúde já fez o repasse do recurso para a Prefeitura de Campo Grande, que é gestora plena da saúde, que depois passa a verba para o estado fazer o pagamento da complementação salarial. Segundo informações, a prefeitura já fez o repasse do valor, retroativo, referente ao ano passado. Isso consta no Diário Oficial do mês passado. Mas até o momento a enfermagem não recebeu nenhum centavo desse repasse. Todos os hospitais já estão pagando o Piso Nacional da Enfermagem, com exceção do Hospital Regional. Então, solicitamos que o secretário de Saúde e o diretor do Hospital Regional informem a esta Casa, de maneira oficial, o porquê do não pagamento do piso. De acordo com o que foi aprovado pelo Congresso e já considerado pelo Supremo Tribunal Federal como legal, o piso aprovado em 2023 é de 4.750 reais para enfermeiros; 3.325 reais para técnicos de enfermagem; e 2.375 reais

para auxiliares de enfermagem e parteiras. Esperamos que agora a Secretaria de Saúde nos apresente as informações, de forma oficial, para que possamos repassá-las à categoria. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Assembleia e pela Rádio Alems. Cumprimento também os policiais penais aqui presentes. Presidente, eu trago uma indicação e um projeto de lei. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando que seja providenciada a iluminação pública na rodovia MS-080, no município de Rio Negro, nos trechos: início da avenida Brasil, saída para o município de Campo Grande, até a rotatória da saída para o município de Bandeirantes; e final da avenida Brasil, saída para o município de Rio Verde, até a sede da Agesul. Esta indicação foi encaminhada ao nosso gabinete pela vereadora Nair. Eu participei da audiência realizada pelos parlamentares com o prefeito Buda e o governador Riedel, e esta foi uma das pautas aprovadas inclusive pelo próprio governador. O ofício ainda está na Seilog. Solicitamos que o processo de licitação seja agilizado. O período eleitoral se aproxima, e o governo fez o compromisso de licitar a obra ainda este ano. Outro expediente. Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação Amor pela Vida, um Gesto de Amor, com sede e foro no município de Campo Grande. Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Amor pela Vida, um Gesto de Amor, pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 9 de julho de 2016, com sede e foro no município de Campo Grande. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. A referida instituição já faz um trabalho importante nas áreas de assistência social e saúde aqui em Campo Grande, trabalha com fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional; atende adolescentes, crianças e idosos. Só no ano de 2022, mais de duas mil e quinhentas pessoas foram atendidas em campanhas solidárias, campanha contra a fome, projeto de música, projeto de crochê e também no atendimento de saúde. Se este projeto for aprovado, ela passará a receber recursos do governo do estado e emendas parlamentares. Peço o apoio dos colegas. Por hoje é só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos a presença do nosso amigo Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais. Agradecemos a presença dos policiais penais nesta Casa da Democracia. Com a palavra, no Pequeno Expediente, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres pares! Bom dia, policiais penais presentes! Inicialmente, eu quero destacar que nós aprovamos aqui nesta da Casa a lei que instituiu o Dia do Policial

Penal, comemorado, anualmente, no dia 4 de dezembro. Sei que hoje vocês estão aqui para reivindicar melhorias e também a regulamentação da lei que criou a Polícia Penal em nosso estado, lei esta que foi aprovada aqui. Logo mais, o Santiago discorrerá sobre as reivindicações da categoria. Os deputados desta Casa estão aqui para apoiá-los nesta causa. Pois bem. O que me traz à tribuna, presidente, é o seguinte: hoje, ocorreu a abertura da Exposição Arte Indígena em Foco, no espaço cultural aqui da Assembleia Legislativa. Agradeço à Mesa Diretora por nos permitir trazer a esta Casa essa bela exposição. Lembrando que, no dia 19 de abril, comemora-se o Dia dos Povos Indígenas. A comunidade indígena tem participação fundamental na tradição e identidade cultural do nosso povo. Os indígenas apresentaram aqui a dança do kipaé, que é a dança das emas, foi uma apresentação muito bonita. Saliento que o subsecretário de Políticas Públicas para os Povos Originários, Fernando de Souza, esteve conosco na abertura da exposição. Aproveito e convido os presentes para conhecerem as obras dos nossos queridos artistas. Agora, presidente, eu quero apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a construção de uma escola estadual de nível médio no bairro Jardim Paraíso, no município de Naviraí. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Miltão, André Ricardo, José Roberto, Rafael, Antônio Bianchi, Josias, Regivan, Daniel Moretto, Luiz Carlos, Rodrigo Sacuno, Ederson Dutra o Leninha, Fabiano Taquara e Onevanzinho. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor, Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente do Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul, senhor Rudel Espindola Trindade Júnior, solicitando a disponibilização de um veículo para atender às demandas da unidade do Detran de Taquarussu. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo diretor municipal de Trânsito, Wagner Lopes Xisto. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimento, senhor Mauro Azambuja, solicitando a execução de obras de recuperação asfáltica da MS-145, especialmente no trecho que liga Naviraí a Ivinhema. E o trecho sobre a ponte do rio Dourado também está precário. Logo, precisa urgentemente de reparo. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente Gerson Claro! Bom dia, caros colegas e senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão! Cumprimento, de forma especial, em nome do Santiago, os policiais penais presentes em nossa Sessão. Contem com o nosso apoio. Senhor presidente, nesta

manhã eu venho apresentar um projeto de lei. Projeto de lei que declara de utilidade pública a Associação Amando Vidas. A entidade trabalha já há alguns anos na defesa das crianças de Mato Grosso do Sul contra a dependência química. Não é fácil libertar alguém dessa "patologia". Eu sempre digo que a pior patologia existente na Terra é a dependência química. Em quase todas as famílias há alguma pessoa acometida por essa terrível *doença*, que nos entristece e que tem ceifado milhares de vidas por este mundo afora. A presente proposição visa atender à reivindicação da diretoria da entidade. Depois de declarada de utilidade pública, a instituição poderá ampliar suas políticas públicas por meio de fomento ao terceiro setor. A Associação Amando Vidas é uma associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia administrativa e financeira, sediada neste município. Constituem as finalidades da associação: assistência social a pessoas com transtornos decorrentes do uso de drogas, como substâncias psicoativas, psicodélicas, que são as drogas sintéticas, e outros tipos, bem como a promoção de proteção à família, à criança, ao adolescente e aos idosos. Diante da importância da associação, solicito aos pares que votem favoráveis nesta proposição. Anexo segue a documentação exigida pela Lei Estadual nº 3.498, de 13 de fevereiro de 2008. Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, lembrar da lei que nós apresentamos aqui e que foi sancionada pelo então governador, em 2015. Eu não sei se Vossa Excelência já estava aqui. Mas eu falo daquela lei permite que o estado destine 1% oriundo do ICMS do álcool e do tabaco para um fundo social, a fim de atender justamente o terceiro setor, que cumpre uma função extremamente importante. Quando eu falo em estado, falo no estado federativo, que não conta com pessoal preparado para atender alguém que sofre de problema neurológico; diferente de instituições já preparadas para lidar com esse público, como o Cotelengo, que atende idoso, que atende criança soropositiva. Somente vocacionados têm condições de desempenhar esse tipo de função. Solicito que o governo do estado regule aquela lei que nós aprovamos aqui, por unanimidade, em 2015, para que tenhamos mais um aporte financeiro, além das nossas emendas parlamentares, para ajudarmos instituições como esta, que atendem crianças, neste caso, na prevenção de dependência química. Se pudermos prevenir, o problema não chegará à ponta. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário! Cumprimento, de maneira especial, os policiais penais presentes. É uma satisfação recebê-los nesta Casa. Cumprimento também todos que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Alems. Quero fazer uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhados expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, ao diretor-presidente em exercício da Fundação de Esporte e Lazer de Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Nunes, ao prefeito do município de Ponta Porã,

senhor Eduardo Campos, e à secretária de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, senhora Mirta Eloiza Landolfi Salinas, solicitando que seja feita uma cooperação entre os Poderes Executivos estadual e municipal, a fim de realizar a reforma da quadra de esporte da Copa Fronteira, no município de Ponta Porã. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores da referida localidade. Justificativa anexa. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores e todos que nos assistem pela TV Assembleia e nos ouvem pela Rádio Alems. Cumprimento, de forma especial, os servidores públicos do sistema penitenciário, que buscam a regulamentação da lei que os torna policiais penais. Saúdo a todos, em nome do Santiago, nosso amigo. Eu trago uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando que seja viabilizada a reforma da Escola Estadual Virgilino Mateus, localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso, observando-se os seguintes serviços: substituições da fiação elétrica, troca do padrão de eletricidade, construção de refeitório, ampliação da sala dos professores, substituição dos quadros de salas de aula, construção de auditório, troca do telhado, reforma geral dos banheiros e construção de passarela coberta entre os pavilhões. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, eu venho apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), na pessoa do seu presidente, Guilherme de Barros Costa Marques Bumlai, pelo sucesso da octogésima quarta Expogrande - Exposição Agropecuária Internacional de Campo Grande, e pelos seus esforços em impulsionar e valorizar os sul-mato-grossenses. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, população que nos assiste pela TV Assembleia, bom dia! Cumprimento, de modo especial, os policiais penais de Mato Grosso do Sul, na pessoa do Santiago, presidente do sindicato da categoria. Os servidores vieram buscar o apoio desta Casa para que seja regulamentada a atividade de policial penal. É um avanço significativo para o pessoal da categoria deixar de ser agente penitenciário para se tornar

policial penal. Agora eles precisam dar outro passo no sentido da regulamentação. Ademais, eu quero apresentar três proposições. Projeto de lei que declara de utilidade pública a Associação Desenvolvimento Rural Beira Rio dos Produtores Rurais de Coxim, com sede no município de Coxim. Fica declarada de utilidade pública a Associação Desenvolvimento Rural Beira Rio dos Produtores Rurais de Coxim, pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no município de Coxim. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao defensor público-geral, senhor Pedro Paulo Gasparini, e a toda a equipe da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, em virtude da realização do "Seminário: Caminhos para Inclusão - dignidade e direito para a população em situação de rua", ocorrido nos dias 15 e 16 de abril do corrente ano. Por último, um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 26 de abril do ano corrente, a partir das 19 horas, para a realização da Sessão Solene em alusão ao Dia Estadual da Ordem DeMolay, instituído por meio da Lei nº 3.502, de 25 de abril de 2008. É só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, senhoras e senhores! Venho apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigues Perez Ramos, solicitando a instalação de dois redutores de velocidade na rodovia MS-145, entre a Linha 23 e o perímetro urbano do distrito de Ipezal, no município de Angélica. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, solicitando a instalação de redutor de velocidade na rua dos Professores e limpeza da área localizada na rua dos Engenheiros, ambas no bairro Arnaldo Figueiredo. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu quero apenas cumprimentar o presidente da Associação dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul, o Santiago, e, seu nome, cumprimentar os policiais penais aqui presentes. Esta Casa tem um compromisso com a Polícia Penal de Mato Grosso do Sul, principalmente nesta luta pela regulamentação da carreira da categoria. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobre deputados! Bom dia, policiais penais presentes! Bom dia, todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia! Eu trago uma proposta de lei. Sei que não é de nossa competência esse tipo de matéria, por isso, pretendo que ela seja encaminhada ao Executivo. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, em razão da previsão normativa do artigo 67, parágrafo 1º, inciso II, alínea D, da Constituição Estadual, por ser de competência reservada do chefe do Poder Executivo Estadual, propor a criação de projeto de lei visando ao afastamento dos servidores do estado em um dos turnos de trabalho, quando possuírem cônjuge, filho ou dependente legal portador de deficiência física, mental ou Transtorno do Espectro Autista. O presente projeto de lei deverá ser redigido da seguinte forma: Artigo 1º - Os servidores públicos estaduais do estado de Mato Grosso do Sul com carga horária igual ou superior a 40 horas semanais que tenham cônjuge, filho ou dependente legal portador de deficiência física, mental ou Transtorno do Espectro Autista ficam autorizados a se afastarem do trabalho em um dos turnos, observando o seguinte: o deficiente físico ou mental ou autista deverá estar sob a guarda do servidor requerente; o deficiente deve ser incapaz, comprovando-se sua incapacidade através de laudo médico pericial, aprovado pela Perícia Médica do Estado; caso o pai e a mãe sejam servidores públicos civis do estado, apenas um fará jus ao benefício previsto no caput deste artigo. A carga horária dos servidores públicos será considerada normal e efetiva para todos os efeitos legais, não poderá haver redução dos vencimentos, nem compensação dos horários. A presente indicação é necessária e visa regulamentar a redução de carga horária, visando garantir o direito dos pais, mães ou responsáveis legais de crianças com diagnóstico de deficiência física, mental ou Transtorno do Espectro Autista a redução da jornada de trabalhar, a fim de que possam fornecer adequado cuidado e acompanhamento a essas pessoas. A incapacidade física ou mental é uma condição que requer atenção e cuidados especiais, pois afeta a capacidade de locomoção, comunicação, interação social e comportamento. Sendo assim, reconhecendo a importância do suporte familiar ao portador de deficiência, a redução da jornada de trabalho do responsável permitirá que pais ou cuidadores tenham mais tempo para se dedicar ao cuidado de seus filhos, pais ou dependentes, contribuindo para o seu desenvolvimento e bem-estar. Quando se trata de pessoa com deficiência, muitas vezes é necessário suporte adicional e intervenções terapêuticas para desenvolver nela habilidades sociais, emocionais e cognitivas. Isso requer tempo e dedicação por parte dos pais ou responsáveis, que desempenham um papel fundamental na estimulação e no acompanhamento do desenvolvimento do paciente. A redução da jornada de trabalho permitirá que os pais ou responsáveis tenham mais tempo disponível para participar das terapias e atividades necessárias, que incluem, além de consultas médicas, sessões de terapia ocupacionais, fonoaudiologia, psicologia. É importante ressaltar que a redução da jornada de trabalho dos pais ou

responsáveis por deficientes beneficiará a família e a sociedade. Esta é a minha proposta, presidente. Antes de lhe devolver a palavra, quero destacar que hoje é o Dia da Voz. Como eu sou profissional da voz, quero cumprimentar todos que têm a voz como ferramenta de trabalho. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Reforçamos o registro de que hoje é o Dia do Profissional da Voz. Registramos e agradecemos a presença do senhor Arion Aislan de Souza, vereador do município de Nova Andradina; do nosso amigo Henrique Rezende dos Santos, vereador do município de Terenos; e do senhor Henrique Wancura, prefeito de Terrenos. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Pequeno Expediente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu venho registrar, com muita satisfação, com muita alegria, que, semana passada, nós recebemos aqui em Campo Grande o nosso presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que veio para fazer a abertura do mercado de carne de Mato Grosso do Sul para a China. Isso significará um aumento muito significativo na exportação dos nossos produtos para aquele mercado de mais de um bilhão de pessoas. A solenidade aconteceu na unidade do frigorífico da JBS, que anunciou o investimento de 150 milhões de reais para dobrar o potencial da fábrica aqui em Campo Grande. Fizeram-se presentes, além do presidente Lula, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e o governador Eduardo Riedel, que fez um belo pronunciamento. Inclusive, ele entende a importância desse mercado para a geração de empregos e para a produção da proteína animal. Mato Grosso do Sul, agora, terá um mercado bastante amplo para vender seus produtos. Nós lamentamos, senhor presidente, a ausência de algumas entidades representativas de produtores na solenidade, Acrisul, Famasul etc. Lamentamos porque o assunto tem a ver com a produção do agro, com o desenvolvimento econômico, com a geração de empregos, e não tem nenhum viés partidário ou ideológico. Nós precisamos aprender a separar ações de estado das ações de governo, das disputas ideológicas e partidárias. Bom, e nós contamos com a presença expressiva de pessoas da sociedade civil e dos funcionários da JBS, que estavam em peso lá prestigiando o evento. Até porque eles entendem a importância desse tipo de investimento. O frigorífico de Campo Grande passará a ter capacidade de abater 4.400 cabeças de gado por dia, gerando 4.600 empregos. Ele vai dobrar sua produção, e esses empregos serão gerados ao longo de doze meses. É importante destacar que o aumento da produção e o comércio com a China aumentarão a quantidade de postos de trabalho desse setor. A planta da Friboi aqui de Campo Grande está na lista dos trinta e oito frigoríficos habilitados no mês passado para exportarem produtos para a China. Atualmente, a unidade produz diariamente 440 toneladas de carne e 136 toneladas de hambúrguer. Então, senhor presidente, eu faço aqui este

registro. O presidente Lula falou também de vários projetos nas áreas sociais. E uma coisa chamou a atenção: o Lula pediu para o governador Eduardo Riedel procurar uma fazenda para o governo federal comprar. A intenção é ampliar a reserva indígena de Dourados. Acho que isso significa uma sinalização importante do governo Lula, que quer buscar uma solução pacífica e viável para o conflito existente aqui em Mato Grosso do Sul, principalmente envolvendo os guarani-kaiowás. A reserva de Dourados é a maior reserva indígena do estado e tem uma população de quase vinte mil índios confinados em 3.500 hectares. E não há mais qualidade de vida naquela reserva. O presidente Lula pediu para o governador ver isso. Eu vejo, deputado Pedrossian Neto, a sinalização de que haverá uma solução pacífica para o problema. Espero que a comunidade indígena participe do processo. Deixo registrada, com muita alegria e satisfação, a vinda do presidente Lula a Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar, deputado Pedro Kemp, até porque eu acompanhei muita polêmica em torno dessas questões político-ideológicas, cheguei a me manifestar; mas não sou muito de me envolver em polêmicas em rede social, porque isso alimenta a bolha. Mas este deputado, como estadista, como representante do povo sul-mato-grossense, compareceu à visita do então presidente Jair Bolsonaro a Ponta Porã, quando ele veio ao assentamento Itamarati. Também fui, com o prefeito Henrique, de Terenos, ao assentamento Patagônia Santa Mônica para receber o presidente Jair Bolsonaro, quando lá ele foi. E, como presidente da Assembleia, eu fui receber o presidente Lula na JBS. Nós não podemos tratar uma ação de estado como uma ação de governo, como uma ação político-partidária. Posicionamento ideológico extremista atrapalha qualquer gestão. Está de parabéns o governador. Está de parabéns o presidente da República, que não é presidente da direita ou da esquerda, é presidente do Brasil. Mato Grosso do Sul segue rumo ao desenvolvimento, com o anúncio de avanço na transição energética feito semana passada, com o anúncio de aumento da produção da laranja e agora com o anúncio da venda de carne para a China.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Quero apenas fazer um registro com relação à fala do colega deputado Pedro Kemp acerca da intenção do presidente Lula de comprar uma fazenda para acomodar os guarani-kaiowás. Com todo respeito, senhor presidente, mas, depois de trinta anos de conflitos, com duzentas propriedades rurais invadidas em Mato Grosso do Sul, e com a forma como eles têm tratado o produtor rural, com esse nível de agressividade, desrespeitando a propriedade privada, desrespeitando o homem do campo, o presidente Lula vem falar agora em comprar outra fazenda para os indígenas? Sinto muito, senhor presidente, mas essa solução não é adequada. Vamos tratar de maneira correta essa questão? Vamos falar de se cumprir a lei? Vamos falar de indenização dos produtores rurais que têm suas

terras invadidas? Há pessoas com terras invadidas há dez, quinze, vinte anos. Vamos falar em direito de propriedade! Vamos falar da repercussão do voto e do julgamento feito pelo Alexandre de Moraes com relação ao marco temporal! Depois do julgamento, ficou estabelecido que a ampliação de reserva indígena só poderia ocorrer mediante indenização prévia, justa e em dinheiro. Confisco, não! Nós não vamos aceitar remendo. O presidente da República tem de tratar de maneira correta os produtores rurais. Acho que essa solução, ainda que bem intencionada, não é correta. É necessário encontrar formas de regularizar aquilo que já está definido. Comprar outra terra é um remendo. Sinto muito. Essa solução é completamente inadequada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito aos deputados que, se forem debater, que usem a tribuna.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Só para encerrar o debate. Depois da fala do deputado Pedrossian Neto, eu vou retirar meu elogio à proposta do presidente Lula e aí a gente deixa como está, deixa como está. Propriedades ocupadas por índios... ninguém faz nada, como o governo passado não fez. Aliás, o Bolsonaro disse que não ampliaria 1 centímetro de terra indígena neste país. E assim o problema vai sendo varrido para baixo do tapete. Eu disse que o presidente Lula sinalizou, deputado, aquilo que Vossa Excelência acabou de mencionar aqui: indenização. A reserva de Dourados, que é um espaço de tensão constante, pode ser desapropriada, com pagamento justo aos produtores! É isso que nós estamos defendendo! Agora, se Vossa Excelência não quer falar nisso, deixemos como está, deixe o conflito se agravando cada vez mais. Eu acho que o presidente Lula já deu um exemplo de como se faz isso no caso do Panambizinho. O deputado sabe muito bem. Foi comprada uma terra em Juti, os produtores colonos que estavam lá foram transferidos para aquela propriedade, e a terra foi devolvida para os índios. Daqui para frente esta pode ser uma solução para os conflitos que estão aí. Agora, se Vossa Excelência acha que o caminho não é este, deixemos tudo como está, para vermos como ficará a situação. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 01140/2024, 01144/2024); um requerimento (Prot. nº 01143/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01136/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 01122/2024, 01158/2024). De autoria do deputado João Henrique: quatro indicações (Prot. nºs 01126/2024, 01127/2024, 01128/2024, 01132/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01145/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01130/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 01117/2024, 01118/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 01139/2024, 01142/2024, 01141/2024, 01149/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01146/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: oito indicações (Prot. nºs 01156/2024, 01155/2024, 01153/2024, 01152/2024, 01148/2024, 01151/2024, 01147/2024, 01138/2024); uma

moção de congratulação (Prot. nº 01137/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 01125/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 01157/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um projeto de lei (Prot. nº 01123/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: uma moção de congratulação (Prot. nº 01120/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 01154/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01133/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01134/2024, 01135/2024). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu quero fazer a inversão do meu tempo com o deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Por inversão de tempo com o deputado Lidio Lopes, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, deputados, deputadas, senhoras e senhores, bom dia! Este debate que está sendo feito é muito interessante. Eu dou razão ao deputado Pedro Kemp. Quero parabenizar o presidente Lula por ter vindo a Mato Grosso do Sul, no JBS, para carimbar as picanhas que estão indo para a China. Sem problema. Ele precisa de fazer isso, como presidente da República, ele está cumprindo com seu dever de ajudar o setor que produz e que sustenta este país de pé. Agora, eu quero deixar registrado que esta não é primeira vez que estamos vendendo carne para a China. Quando a Tereza Cristina esteve à frente do Ministério da Agricultura, foi o período em que a China mais comprou carne do Brasil. Na época, setenta e dois países compravam carne do Brasil, e quando ela deixou o ministério, cento e setenta e seis países estavam comprando carne do Brasil. Portanto, eu não vejo nada de mais nem nada de menos em o presidente vir ao estado, em uma empresa grande, a JBS, e carimbar as picanhas. Maravilha. É tudo muito bonito. Também foi muito bonito o papel do governador Eduardo Riedel de receber o presidente aqui no estado. Agora, quanto à questão das terras indígenas, eu divirjo do deputado Pedro Kemp. Os índios não são culpados por nada que está acontecendo, nem tampouco o produtor rural, que veio para o estado, como eu, que vim para cá ainda menino, com vinte e dois anos de idade, e adquiri terras aqui, legítimas, tituladas pelo estado de Mato Grosso e pagas pelo Tesouro do estado de Mato Grosso do Sul. Hoje, os títulos estão na Agraer, qualquer pessoa pode pegar. Até 1923, 1924, os índios eram proprietários da terra, as etnias, assim como qualquer produtor rural, é que recebiam o título, que era emitido pelo Governo. Acontece que, em 1923, a Jaguapiru e Bororó recebeu o título de uma área de 3.400 hectares para acomodar oitenta e três famílias. Com o passar do tempo, a quantidade de famílias aumentou, de modo que hoje há dez,

quinze mil indígenas, e o tamanho da terra permaneceu o mesmo. Agora, eu discordo totalmente do deputado Pedro Kemp. Por que o Bonelli, quando fez uma das maiores reformas agrárias deste estado, havia a Fazenda Eldorado, fazenda com dez mil alqueires, na beira do rio, do saudoso criador de zebu, meu amigo, por que ele não comprou a terra Te'yi kuê e a deu para os índios? Porque os índios guaranis e kaioiwás andaram pelo Mato Grosso do Sul todo. O principal ramo de trabalho que havia aqui era o da colheita de erva mate, da Mate Laranjeira, então eles trabalhavam nos ervais, no estado inteiro. Por que o governo não comprou a Terra do Boi, da família Junqueira e Almeida Prado e a deu para os índios? Não! Tirou a propriedade de vinte e três pais de família, com as suas casas legalizadas, tudo arrumadinho, e entregou para os índios. Vá lá hoje ver o que virou daqueles mil duzentos e poucos hectares. E as famílias que foram lá para fazenda Pai Cue não tinham luz, não tinham estrada, não tinham nada dividido, e hoje passam fome em Dourados, não têm como colocar seus filhos para estudar, porque ficaram sem renda, enfim. Os produtores de Panambi estão lá esperando, por mil e quinhentos anos, a peroba nascer e crescer. Quando os índios não arrendam suas terras! Porque parece-me que agora o Lula autorizou os índios a arrendarem suas terras. E com relação ao que o deputado Pedrossian Neto disse, é o seguinte: não precisa procurar terra. Eu tenho um amigo português que vive à beira do rio Brilhante, cujo título é de 1856. Ou seja, ele recebeu o título da terra antes da Proclamação da República. Ele está trabalhando e produzindo há mais de setenta anos. Recentemente, os índios brigaram em Douradina, atravessaram o rio e invadiram a fazenda dele e o proibiram de plantar soja e milho. Eles entram na terra e são amparados pela Polícia Federal. Os índios não dependem do governo estadual, não dependem da Segurança Pública. O deputado Caravina, que é delegado, sabe que alguns ministros proibiram a remoção dos invasores. Ou seja, se invadir, deixe, não pode tirar. Agora, aí de nós brancos, se invadirmos uma terra indígena. No outro dia a Polícia Federal vai ao local, mete a borracha e manda sair. Quer dizer, há dois pesos e duas medidas. Então quando a JBS vem aqui fazer esse investimento, tem de saber (e eu vou evitar entrar em detalhes) como a planta foi construída! Ele precisa ver em que governo a planta foi construída! Ele precisa saber como a planta foi construída! A planta foi construída com subsídio. Tiravam o boi daqui como se fosse carne, pagava 4 e recebia 12 em São Paulo. Compravam com ICMS e vinham aqui para construir a planta. Então, meus amigos, a história foi escrita. Não há como tapar o sol com a peneira. Eu respeito muito o nosso presidente, tive a oportunidade de conversar com ele duas ou três vezes; mas acho que ele não pode tratar de modo diferente as pessoas. Ele lançou dois Planos Safra. Uma repórter perguntou para ele: "Por que o senhor lançou dois planos, um maior para o agro e um menor para a agricultura familiar?". E ele disse: "Esses fazendeiros nunca votaram em mim". Acho que essa atitude não é correta. Até porque é com o dinheiro da produção que se toca o país, é a produção que nos alimenta. Certa vez, eu peguei meus tratores, fui a uma reserva indígena, gradeei, peguei a semente e dei para os índios. No outro ano, um procurador federal nos proibiu de fazer isso. Então, nem plantar os índios podem. Agora, qual é a diferença entre índios e brancos? Nenhuma. Por que eles não podem ser proprietários de terra? Não sei! Por

que eles não deixam de ser tutelados? Também não sei! Se o governo é tutor dos índios, quando eles invadissem terras tuteladas há mais de cinquenta, sessenta, setenta anos, ele diria para a Polícia Federal o seguinte: "Vá lá, com o maior respeito, retire os índios e deixe o produtor trabalhar". Agora, com relação ao que o presidente propôs e que o governador Eduardo Riedel é parceiro, eu os parabenizo. Mas não há necessidade de se procurar terra. Vá a Rio Brilhante e veja fazenda do meu amigo português e a fazenda do senhor Silveira, que estão invadidas. Eles tinham bois, faziam cruzamento industrial. Hoje as fazendas estão um verdadeiro capoeirão, sem produção, sem um pé de mandioca plantado. Vá lá e acerte com a família Silveira, que tem quinhentos e poucos hectares, e com meu amigo senhor Raul, que tem outros quinhentos e poucos hectares. Um título de 1856, que foi emitido lá na Paulista e registrado em Miranda. Acho que era Miranda que registrava documentos naquela época. O que eu quero dizer é o seguinte: o presidente não pode governar para dois tipos de pessoas. O presidente da República é presidente do branco, do índio, do negro, do amarelo, do pobre, do rico, de quem trabalha, de quem produz, enfim. Se não houver trabalho e ninguém produzir, quem pagará imposto? Como sustentar os índios assim? Quem vai dar cesta básica para eles? O governo federal dá uma cesta básica para eles que dura dez dias, aí o governo do estado tem de completar. Eu parabenizo o presidente. Que Deus o abençoe. Mas não precisa procurar terra. Eu posso passar uma relação de fazendas invadidas para o presidente. O Dácio Queiroz... O senhor Pio morreu sem saber se o problema seria resolvido; ele veio para cá menino, antes de 1960, e está lá a fazenda dele invadida. E sabe quem a invadiu? Os índios do Paraguai. Eles atravessaram o rio Apa e invadiram a fazenda. O senhor Pio morreu, e seus filhos estão proibidos de entrar na fazenda. Eu provo o que estou dizendo. Eles não entram na fazenda, mas conseguem arrendar para outros, tirar a inscrição daquilo que não são donos, e vender a mercadoria. Isto é correto? Não! Está errado! É uma falta de respeito. Não cumprem a lei. A lei não serve para um só, ela serve para todos, já que somos todos iguais perante ela. Antigamente havia um coeficiente de produção. Na Teijin, se vocês colocarem lá calango verde, não amadurece, porque a terra é ruim demais. Até hoje estão lá mais de duas mil famílias. E a terra está sendo discutida pelo empresário japonês... É na sua região, no seu município, você é testemunha do que estou dizendo. E até hoje não desapropriaram aquela fazenda. Até hoje não resolveram, até hoje não pagaram. Problema semelhante está acontecendo em Novo Horizonte do Sul, que desapropriaram uma área da Sodeco, há uma ação lá há mais de trinta anos, de mais de 300 milhões de reais. Desapropriou, mas nunca pagou. Não é contrariar o meu presidente Lula; não é contrariar a planta da JBS; não é me colocar contra a venda de picanha para a China; não há problema algum nisso, aqui a gente come abóbora e está bom demais. Mas nós temos que ser justos. A melhor pessoa que já esteve à frente do Ministério da Agricultura se chama Teresa Cristina, porque ela administrou para rico, para pobre, para a classe média, deu os títulos da reforma agrária. Agora os municípios vão poder entregar os títulos. Isto é dar dignidade... De que adianta ser dono de um pedaço de terra há trinta anos e não ter a escritura? De que adianta não poder hipotecar, não poder tirar dinheiro do banco?

Então, o presidente Lula precisa dar dignidade a todos que pagam imposto, independentemente de classe social...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — ... Eu acho que não foi um grande feito a vinda do presidente para abrir esse mercado pra a China. Aliás, ele poderia ter feito algo grande em seu primeiro ou segundo mandato. Agora, se está fazendo no terceiro, amém! Que ele acerte a vida de quem está sofrendo há mais de 30 anos, com as suas fazendas invadidas, sem o direito de entrar para plantar. É o que está acontecendo em Panambi. Os índios estão sem produzir. A terra é igual. Por que tiraram os coitados dos colonos que estavam lá há mais de cinquenta anos, carpiram o mato, criaram suas famílias, morreram por conta de picada de cobra. "Ah, fizeram um grande negócio, compraram a fazenda Terra do Boi e a deram para os coitados!". Sem nada! Sem a casa, sem luz, sem estrada, sem nada. Venderam e hoje estão passando fome na cidade de Dourados, e os 1.200 hectares de terra lá no Panambi estão um verdadeiro capoeirão. Eu permito um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu o parabeno pela fala, deputado Zé Teixeira, o senhor que é um vasto conhecedor deste assunto pertinente a esta Casa. Eu acompanho *pari passu* essas questões desde que cheguei a este Parlamento. Em alguns momentos nós ficávamos preocupados, porque sempre ouvimos falar em reforma agrária; mas vimos famílias sendo assentadas sem a mínima estrutura, e aí ficam sem fazer nada, passando dificuldades. Depois, com o passar do tempo, pessoas que estavam assentadas começavam a perceber que não tinham aptidão para mexer com a terra, aí queriam voltar para a cidade. E o que ocorria? Vendiam a terra. Aí, aquelas famílias que tinham aptidão para o campo, que venderam suas casas na cidade para comprar um pedacinho de terra, que já estavam no local há dez, quinze anos, e cumprindo com suas obrigações e índices da reforma agrária, muitas vezes ficavam prejudicadas. É o caso do assentamento Itamarati. Quando eu cheguei a esta Casa, havia oitocentos e quarenta pedidos de reintegração de posse relativos ao Itamarati. Ou seja, teria que retirar oitocentas e quarenta famílias dos lotes e jogá-las para a beira da estrada, em situação de acampadas, para poder colocar lá outro grupo de pessoas. Eu comecei a discutir isso aqui na Comissão de Direitos Humanos, fui a Brasília para participar de uma audiência pública na Câmara Federal sobre o tema. E lá eu me surpreendi quando soube que estava tramitando naquela Casa um projeto para não titular aquelas terras. Por quê? Para que o coitado que foi colocado lá assentado ficasse o resto da vida com um pires na mão pedindo para título para o governo, que diz: "Olha, se você não caminhar por aqui, nós vamos tirar sua terra; se você não caminhar por ali, nós vamos tirar sua terra." Até que o presidente Michel Temer, no ano que assumiu, criou coragem e numa canetada titulou mais de 75 mil lotes no Brasil. Depois, veio o presidente Jair Bolsonaro e a ministra Tereza Cristina e começaram a liberar os municípios para viabilizarem a titulação. Hoje as pessoas se sentem confortáveis em saber que estão tituladas, que estão em suas terras, podendo trabalhar para sobreviver, acima de tudo, mas com dignidade e em condições de fazer as coisas.

Quero corroborar sua fala. A gente acompanha isso *pari passu*. Se fizer reforma agrária e não der às pessoas dignidade para trabalhar, elas vão ficar sofrendo e camelandando em cima da terra. Muito obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso. Acho que está correto o que o senhor disse. A pessoa que está na terra há dez, doze anos tem de receber seu título, tem de trabalhar. Desapropriar o produtor e passar a terra para o índio é complicado. O índio já tem dentista, farmacêutico, enfermeiro, professor, tem tudo. Há uma faculdade dentro da reserva indígena, e eles estão estudando. Para concluir, senhor presidente, eu não sei se é pertinente a mim, mas vou fazer um requerimento para o BNDES, para saber de quanto é a dívida da JBS. Porque diz que a JBS vai investir aqui, na minha visão, 150 milhões de reais, é uma ninharia perto de 19 bilhões que o BNDES acabou de emprestar a ela. Então não é nem 1% do que o BNDES emprestou para a JBS agora, fora o que já emprestou lá atrás, para ela comprar uma porção de planta aqui no estado e fechar, e demitir um monte de gente. Aconteceu isso com muitos frigoríficos, em Caarapó, em Terenos e em tantos outros lugares. Ela não repõe as coisas nos frigoríficos, aluga, fecha, enfim. Compra boi mais barato de quem produz e vender mais caro. Então, é importante que o povo saiba disso. Eu vou fazer o requerimento. Se isso não for pertinente a mim, vou pedir para um deputado federal fazê-lo. Vamos ver quanto a JBS deve para o BNDES. Eu não estou afirmando, mas me disseram que a JBS acabou de conseguir um empréstimo de 19 bilhões de reais. E diz que vai investir aqui 150 milhões de reais. Eu não estou entendendo. A meu ver, ela deveria investir aqui 5 bilhões. Até porque Mato Grosso do Sul é um dos melhores estados da Federação para se viver, um estado em que o povo trabalha e produz. E aqui há lugar para ela abrir frigorífico de frango, frigorífico de peru, de carne bovina, enfim. Mas ela comprou um frigorífico em Itaporã e foi procurar agregado para fazer um frigorífico para peru. E até agora está só no 'glu, glu, glu. Até agora não tem nada lá. Ela fechou o frigorífico e demitiu trezentas pessoas. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença dos senhores Juscelino Cabral e Fábio Luiz, vereadores do município de Dourados. Ainda no Grande Expediente, pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Senhores deputados, quero registrar que o nosso vice-presidente, deputado Renato Câmara, está em Dourados, na Tecnofan - Tecnologia e Conhecimento para a Agricultura Familiar de Dourados. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Vossa Excelência dispõe de 10 minutos.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — sem revisão do orador — Eu saúdo novamente todos os presentes no Plenário, todos que a nos assistem pela TV Assembleia, todos que nos ouvem pela Rádio ALEMS e todos que nos acompanham pelas redes sociais. Eu tenho dois assuntos para pôr em pauta. Primeiro. Ano passado, eu entrei com um projeto de lei para que os eventos, os shows, tivessem o apoio necessário para que as pessoas pudessem ter água, ilha de hidratação, bebedouros, etc. Infelizmente, meu projeto não conseguiu vencer na CCJR. E sabem o

que aconteceu? Sábado, dia 6, na exposição, muitas pessoas acabaram passando mal por falta de água. Então, neste ano de 2024, eu pretendo retomar essa discussão, apresentando novamente aquele meu projeto de lei. Segundo assunto. Eu serei breve, visto que o deputado Caravina me pediu um tempinho. Mas eu quero falar sobre a BR-163. A deputada Mara Caseiro já falou sobre isso na semana passada. Mas eu fiz um levantamento da situação da BR-163, rodovia que corta o nosso estado de norte a sul. Ela tem 845 quilômetros de extensão, sua concessão foi iniciada em 2014, e até o momento a CCR MSVia fez tão somente 18% de duplicação, 150 quilômetros que garantia a ela o direito de continuar naquela, eu diria, entre aspas: exploração. Na verdade, nós pagamos vários impostos, pagamos IPVA, agora vamos pagar o DPVAT; vocês viram que o DPVAT voltou? Nós pagamos impostos diversos e pagamos pedágio numa rodovia que não nos oferece segurança. Os dados que eu levantei são interessantes. A empresa assumiu a concessão em 2014. Ela diz que em 2022 investiu 450 milhões de reais e que teve uma receita 163 milhões de reais. Ou seja, num ano ela teve um prejuízo de 300 milhões de reais. Depois, em 2023, teve um prejuízo de 330 milhões. Se ela investiu de 430 milhões a 450 milhões, significa dizer que ela investiu 500 mil reais por quilômetro de estrada por ano. Como uma empresa que tem prejuízo de 300 milhões de reais por ano insiste em permanecer com a concessão? Não faz sentido. Alguma coisa deve estar errada. A ANTT, agência reguladora, tem por responsabilidade zelar pelo equilíbrio econômico, o interesse do cidadão, o interesse do empresário e o interesse público. Qual é o interesse público? Que seja feito um serviço de qualidade. No caso, a intenção era que a BR-163 fosse duplicada. O que não está acontecendo. Eu vou lhes passar os dados relativos a acidentes. Em 2023, aconteceram, com ocorrência, 755; por pessoas, 1.745. Em 2022, ocorreram 53 óbitos. Em 2023, 64. Ou seja, houve um aumento de 20%. Isso quer dizer que pessoas estão perdendo a vida por falta de segurança. Agora, em 2024, já ocorreram 354 acidentes, com 20 óbitos. Ocorre que a previsão, com a nova concessão, que está sendo discutida, que depende da aprovação do Tribunal de Contas, é que serão duplicados somente mais 190 quilômetros. Ou seja, nós teríamos 340 quilômetros de duplicação, que representariam apenas 40% do total da rodovia. Dessa forma, 60% da pista continuaria simples; ou seja, 505 quilômetros. Aí dizem que nesses 505 quilômetros teríamos faixa adicional em 198 quilômetros, ou seja, 23%. No entanto, faixa adicional não oferece segurança, porque a rodovia continua com pista simples. Para encerrar, presidente, eu quero fazer uma solicitação a esta Casa de Leis. Solicito que a comissão que já foi designada ano passado retome seus trabalhos, ou que uma nova seja formada para acompanhar as decisões que foram tomadas, naquela audiência pública de 22 de março, que não levou a nada, na verdade, não é? Já passou todo esse tempo e nada aconteceu. Bom, eu tenho mais um dado interessante aqui. A concessão era de 30 anos; já se passaram 10, então ainda restam 20 anos. Agora, na nova proposta, são 15 anos. Então restariam 35 anos. E a previsão de investimento é de 12 bilhões de reais. Olha, eu não pesquisei para saber quanto custa um plano de duplicação. Mas, se nós considerarmos que faltam ser duplicados 750 quilômetros, se o quilômetro de duplicação custasse 20 milhões de reais, 12 bilhões duplicariam a rodovia toda. Então, há muitos

dados distorcidos. Recentemente, eu participei de uma audiência pública da Socipar, no Paraná. A Socipar contratou uma empresa de consultoria para analisar os dados que lhe são apresentados. Acho que seria interessante Mato Grosso do Sul contratar uma empresa para analisar os dados que a empresa apresenta, que a ANTT analisa. Como uma empresa que amarga 330 milhões de reais de prejuízo por ano insiste em permanecer com a concessão? Ora, insistir em perder dinheiro é burrice. A conta não fecha. Então, senhor presidente, eu solicito que a Assembleia retome aquela comissão, da qual faziam parte os deputados Junior Mochi, Pedrossian Neto... A deputada Mara Caseiro e eu também nos colocamos à disposição para compor a comissão. Vamos verificar junto à ANTT e ao Tribunal de Contas da União como se fazem as tratativas para renovação do contrato de concessão. Não está havendo licitação. Foi feita uma licitação no passado, passaram-se dez anos; faltam vinte anos, e agora vão ampliar o tempo para mais quinze anos, sem licitação. Ou seja, a CCR MSVia continua dona da concessão tomando prejuízo. E o pior é que nós estamos tomando prejuízo em Mato Grosso do Sul porque não temos a rodovia que esperávamos ter. E, pela proposta, os 190 quilômetros de duplicação pegam aqui a melhor parte da estrada, Dourados, Caarapó, Campo Grande, São Gabriel do Oeste, região de topografia plana. Agora, aquela parte sul do estado, onde a topografia é mais acidentada, com vários gargalos na rodovia, não há previsão de duplicação. Isso é muito sério. Vai comprometendo a segurança de todos que transitam pelo nosso estado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Um aparte, deputado Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pois não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado, a gente fica muito triste diante de tudo que está acontecendo. Nós fizemos tanta coisa aqui na Assembleia, entramos em contato com a ANTT, buscamos informações sobre o novo projeto. Ocorre que a gente não recebe nenhuma comunicação, nenhuma informação. Mas a gente recebe todos os dias cobranças relativas à situação da BR-163. As pessoas lá fora não entendem, Hashioka, quando a gente vem à tribuna para cobrar a ANTT, o TCU, o governo do estado. Eu já falei várias vezes, inclusive com o secretário Hélio Peluffo, com o governador, pedindo resposta. Em 2022 ocorreu aquela audiência...

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Em março de 2023.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pois é. E até hoje nós não tivemos um posicionamento de como será o novo projeto. E quando vem a possibilidade de repactuação de 190 quilômetros de duplicação, vendo o que está acontecendo, deixa-nos apreensivos. Eu passo pela BR-163 praticamente todo fim de semana, e sei o quanto ela está perigosa. Nós precisamos de resposta. O senhor falou de reestabelecermos a comissão. Concordo. Estou à disposição. Se for preciso ir a Brasília, vamos. Nós estamos aqui para trabalhar, para cobrar um posicionamento dos responsáveis. Agora, quando se fala em repactuação e que corremos o risco de ficar com 60% da rodovia sem a duplicação, é um tapa na nossa cara. A BR-163 se tornou a

rodovia da morte, por conta da situação de certos trechos. De Eldorado a Mundo Novo, por exemplo, está muito perigoso, inclusive foi lá que ocorreu aquele acidente que ceifou a vida de seis trabalhadores, pessoas que estavam com a suas famílias. É um absurdo não ter terceira faixa, não ter duplicação naquele trecho. Então, nós precisamos exigir uma resposta com relação à BR-163. Nós não podemos ficar aqui somente falando e falando, parece que as nossas vozes não chegam aonde têm de chegar. Então, eu me somo, deputado Roberta Hashioka, a Vossa Excelência. Eu me somo também ao deputado Caravina, que, semana passada, abordou este assunto. Que os colegas deputados desta Casa façam um clamor às autoridades competentes sobre a situação da BR-163. Precisamos de resposta. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Deputada Mara Caseiro, agradeço o seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. E, para finalizar, senhor presidente, como engenheiro rodoviário e motorista que sou, naturalmente, quero dizer o seguinte: quando a pessoa está dirigindo numa rodovia de pista simples e passa para uma de pista dupla, é bem tranquilo. Agora, quando ela está numa pista dupla e passa para uma pista simples, ela pode cair no problema da distração...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tempo, deputado.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Então, a situação é muito séria. O problema precisa ser resolvido. Era o que eu tinha. Muito obrigado, presidente.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só dois assuntos relativos à segurança pública. Primeiro. Mais uma vez, cumprimento os policiais penais aqui presentes, em nome do Santiago, presidente do sindicato da categoria. Quero fazer um relato. Eu sou delegado de polícia aposentado, mas fui diretor de cadeia lá atrás, onde as cadeias ficavam sob a administração da Polícia Civil, portanto eu sei a importância do trabalho da Polícia Penal, da dedicação desses homens e dessas mulheres que administram o sistema penitenciário do nosso estado. Contem com o meu apoio na luta pela regulamentação da lei da Polícia Penal. Isso é fundamental para a valorização desses profissionais que labutam pela segurança pública do nosso estado. O outro assunto, presidente. Na quinta-feira passada, eu vim a esta tribuna para fazer elogios à Polícia Civil pelo trabalho que realiza em Mato Grosso do Sul, com números surpreendentes. E fui seguido por alguns colegas parlamentares, como o Coronel David, presidente da Comissão de Segurança, e outros. Inclusive eu elogiei o trabalho do doutor Roberto Gurgel, presidente do Conselho de Chefes de Polícia de Mato Grosso do Sul. Hoje, infelizmente, eu fui surpreendido com a exoneração do doutor Gurgel, a

pedido, da Delegacia-Geral de Polícia. Não sei por que ele está saindo; mas é uma pena, porque ele vinha fazendo um excelente trabalho à frente da DGPC, vinha sendo elogiado por todos e apresentando números expressivos. Eu vou procurar saber mais detalhes. De qualquer forma, eu desejo sucesso ao substituto dele, o doutor Lupércio, que é da minha turma de delegados. Mas o doutor Gurgel vinha fazendo um trabalho muito bom, digno de elogios, em todas as áreas, elevando o nome da Polícia Civil em todo o estado e em todo o Brasil, como presidente do conselho, no caso. Agora ele deixa o conselho também porque deixa o cargo de delegado-geral. E, mais uma vez, quero me somar aos policiais penais. Santiago, conte conosco. Eu tenho certeza de que esta Casa vai participar. Assim que o governo do estado nos encaminhar a regulamentação (e ela deve ser feito por meio de lei complementar), a gente vai apoiar a categoria, para que os servidores recebam esse incremento, que vai melhorar a vida funcional dos policiais penais. Assim, eles continuarão prestando um serviço de qualidade ao nosso estado. Parabéns!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Registramos e agradecemos a presença do senhor Leandro Ferreira Luiz, presidente da Câmara Municipal de Nova Andradina. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que verifique o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há vinte e um deputados presentes. Logo, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 264/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a 'Campanha Gravidez Segura e Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF)', e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu não consegui registrar meu voto. Acho que o sistema está com problema.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Depois vamos verificar, deputado, porque os outros colegas votaram. Mas seu voto é sim?... Está registrado o voto de Vossa Excelência.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos à votação.

Projeto de Lei nº 264/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Coronel David (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final.
Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 023/2022. Autores: deputado Pedro Kemp e o saudoso deputado Amarildo Cruz. "Declara de utilidade pública estadual a 'Associação dos Produtores Indígenas da Aldeia Água Branca (

Aproab)', com sede e foro no Município de Nioaque. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 023/2022 de autoria dos deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PP) — São dezenove votos favoráveis, computando-se o voto do deputado Paulo Corrêa, no Plenário virtual, e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 266/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Fica instituído o 'Dia do Biólogo' no estado de Mato Grosso do Sul, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de setembro." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 266/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PP) — São dezenove votos favoráveis, computando-se o voto do deputado Paulo Corrêa, no Plenário virtual, e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 349/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Dispõe sobre diretrizes para o estímulo do turismo acessível e inclusivo para pessoas com deficiência no estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu não quero discutir, quero apenas agradecer a votação dos colegas no projeto anterior. Os biólogos pediram que eu apresentasse um projeto a fim de instituir o Dia do Biólogo. A data já é comemorada por eles, mas eles queriam que ela fosse reconhecida oficialmente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...
Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 349/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Coronel David (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu gostaria de solicitar que fosse retirado o Requerimento nº 604/2024, fundamentado na ausência da autora.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Retirado de pauta o Requerimento nº 604/2024. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, trinta e seis indicações e duas moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Neste momento, nós vamos suspender a Sessão, porque teremos a manifestação externa do convidado da deputada Mara Caseiro, senhor

André Luiz Garcia Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul, conforme o requerimento aprovado pela Mesa Diretora. Convido a deputada Mara Caseiro para assumir a presidência. O senhor dispõe de 15 minutos. Está suspensa a Sessão (11h15min)...

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Obrigada. Passo a palavra ao senhor André Santiago.

SENHOR ANDRÉ LUIZ GARCIA SANTIAGO (presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Mato Grosso do Sul) — Quero agradecer ao presidente Gerson Claro, à deputada Mara Caseiro e aos demais deputados presentes a oportunidade de usar a tribuna desta Casa de Leis. Schopenhauer já dizia que Deus nos dá oportunidades e que nós temos que vivê-las, não podemos deixá-las passar. A deputada Mara Caseiro atendeu à solicitação do Sinsap, para que nós pudéssemos falar para a Assembleia Legislativa e para a sociedade sul-mato-grossenses sobre a nossa realidade. Nós somos os heróis dos heróis, porque tínhamos um efetivo pequeno, e esta Casa nos ajudou e fez a interlocução com o Executivo, para que fosse feito um concurso público para admissão de mais servidores, vários deputados se empenharam nisso. Esta Casa fez, também, um excelente trabalho para que a nossa PEC fosse aprovada. É bom lembrar aos nossos pares que esta Casa sempre esteve aberta ao diálogo, sempre fez os encaminhamentos, conforme os pedidos que aqui protocolamos. Hoje, muitos deputados conhecem a nossa realidade, tanto por receber e dialogar com o sindicato, quanto falando com companheiros nossos. Bom, mas a realidade é que nós assumimos uma atribuição de suma importância; a mais nova polícia foi criada no Brasil, e nós já estamos exercendo atividades policiais, com o mesmo efetivo. O mesmo efetivo que cuidava da parte interna das unidades prisionais está tendo que cuidar da muralha, fazer escolta e custódias hospitalares. As custódias hospitalares não têm previsibilidade, elas acontecem e precisam ser executadas. E esses heróis estão fazendo isso, em nenhum momento reclamaram ou fizeram algum tipo de manifestação bruta. Mas chegamos ao ponto de termos de pedir socorro. Pedimos que esta Casa faça uma interlocução junto ao governo, para que ele continue fazendo o trabalho que foi feito para nos ajudar, demonstrando a importância da regulamentação da nossa profissão. Pedimos celeridade neste processo. Eu adianto aos senhores que nós estamos tendo reuniões com o Executivo, já tivemos três reuniões com o secretário Felini, já conseguimos avançar na discussão. Mas é de suma importância que esta Casa tenha um olhar sensível para esses profissionais. Não está fácil. Muitas vezes, o servidor precisa fazer escolta hospitalar sozinho. Eu perguntei para alguns coronéis se isso aconteceu na época em que a Polícia Militar estava à frente dos presídios; e fiquem sabendo que nunca houve escolta de custódia nem custódia hospitalar feita por um policial somente. E por que isso? Porque nós tínhamos 1.946 servidores em janeiro e na data de hoje temos 1.918. Ou seja, o nosso efetivo sofre uma redução, enquanto as demandas aumentam. Nosso receio é que aconteça uma calamidade. Hoje, o servidor que cuidava da unidade, o servidor do plantão, tem de deixar a unidade para ir ao hospital. Nessas horas, ou se desativa a torre, ou ela fica desguarnecida, com um ou dois profissionais

trabalhando. Essa situação só será resolvida, se a profissão for regulamentada e se for aberto um concurso público com o máximo de urgência. Então, nós estamos tentando, sim, estamos encaminhando toda esta situação para o governo, para que ele tenha sensibilidade e para que dê celeridade a esta discussão. Nós já estamos carregando um fardo demasiadamente pesado, por isso estamos pedindo socorro a esta Casa. Servidores, este lugar é importantíssimo. Muitos talvez não saibam do peso que tem a palavra dos deputados nem do tanto que eles podem nos ajudar neste momento. É neste momento que a discussão sobre a regulamentação está sendo feita. E a regulamentação da nossa profissão passará por esta Casa. Nós temos estes deputados como pares. Acredito que vocês, servidores, vão ouvi-los, muitos já sabem qual é o posicionamento deles. Bom, outro ponto que nós precisamos discutir é o papel do Poder Estadual. Aí o nosso agradecimento à deputada Mara Caseiro. O livro 'A Era dos Extremos', de Eric Hobsbawm, é muito importante e fala do local da cultura de Homi Kharshedji Bhabha, que define o seguinte: "O Poder estadual precisa definir ideologicamente o seu espaço de domínio, seja na construção, na engenharia, na cultura, na língua, seja nas atitudes." Quando se pinta araras em prédios para dizer que este é o estado do Pantanal e para que as pessoas se sintem sul-mato-grossenses e definiam a diferença ideológica em relação ao Paraguai, por exemplo, faz-se uma distinção entre esses dois povos. É a questão da simbologia. E a deputada Mara Caseiro, ao reconhecer a nossa profissão e apresentar o Projeto de Lei nº 6.198, de 13 de março de 2024, já aprovado, ela demonstra uma atitude de simbologia pela importância da nossa profissão. A definição ideológica se apresenta também nas instituições, sobretudo na Polícia Militar, na Polícia Civil ou na Polícia Penal. A uniformização, o procedimento, a regulamentação, toda a doutrina estabelecida define que nós somos um segmento importante. Isso é demonstrado quando se coloca uma viatura na rua para dar segurança ao cidadão. Por que eu estou dizendo isso? Porque foi instituído o Dia do Policial Penal no estado de Mato Grosso do Sul. Esta é a nossa data, é o dia do nosso aniversário, é o dia do nosso nascimento, é o dia no nosso renascimento! Deputada Mara Caseiro, que lhe agradecer, de coração, por sua atenção e respeito. É óbvio que não é suficiente, porque nós precisamos avançar, estamos fazendo os encaminhamentos e pedimos o apoio dos senhores deputados. Agradeço a todos os parlamentares desta Casa, porque cada voto aqui é fundamental. E os deputados aprovaram por unanimidade a instituição do Dia do Policial Penal. Eles estão de parabéns por terem nos ajudado nisso, assim como já nos ajudaram em vários momentos. Nós tivemos momentos tensos aqui, os deputados devem se lembrar, mas nós acabamos os equacionando. Senhores deputados, toda a categoria pede socorro. No entanto, mesmo assim ela está segurando a peteca, está mantendo o Sistema Prisional de pé. A responsabilidade que os policiais penais têm como o estado e com o governador Eduardo Riedel é imensa. O fardo que eles estão carregando é pesado, é descomunal. Eu parabeno os policiais penais que vieram aqui. Alguns são do interior do estado. Três Lagoas, Corumbá, colegas de vários municípios compareceram aqui, de forma serena. Mas o ponto crucial, o qual quero destacar, é que nós queremos evitar a calamidade, que, infelizmente pode acontecer. Diante da falta de efetivo e de estruturação, se ocorrer um motim e não houver nenhum refém, e nenhum

servidor for afetado, tudo bem, isso pode até servir para aprimorarmos nossa capacidade de controle interno; mas, se nós tivermos que enterrar um policial penal por conta da demora na regulamentação da nossa profissão, será lastimável. Tivemos o caso do Carlos Augusto Queiroz de Mendonça, servidor que foi alvejado no regime aberto aqui de Campo Grande. Depois daquilo criou-se um histórico de luta dentro desta Casa. Mas, infelizmente a catástrofe aconteceu. O concurso público foi negociado com o governo justamente por causa daquele ocorrido. E nós não podemos esquecer a história. Ele estava trabalhando, quando um detendo que havia acabado de sair da unidade, voltou e efetuou os disparos. Ele tomou cinco tiros, e faleceu. Isso aconteceu em 2015. Não faz tanto tempo. Portanto, nós pedimos que os senhores conversem com o governo sobre a importância de olhar com sensibilidade para esses profissionais e que dê celeridade ao processo, para que possamos sentir o reconhecimento da parte do governo do estado. A Polícia Penal está completando um aninho, então o presente tem de ser bom. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Agradeço a manifestação do presidente do Sindicato dos Policiais Penais, senhor André Luiz Garcia Santiago.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhora presidente, eu quero cumprimentar o Santiago e, em nome dele, a Polícia Penal de Mato Grosso do Sul; e dizer que a forma com que os policiais penais, através do seu sindicato, fazem suas reivindicações, conduzem esse processo de negociação, faz com que a gente se comprometa com a causa deles. Porque, com respeito, eles vêm aqui e se posicionam. Nós sabemos da importância da categoria dos policiais penais para o sistema de segurança de Mato Grosso do Sul, para a segurança, para a paz social. Então, isso faz com que esta Casa se sinta sensibilizada. O sindicato tem representado muito bem a categoria. Foi assim no passado e tem sido assim no presente. Com certeza, nós vamos conversar com o governo do estado, vamos procurar uma alternativa, para que a categoria tenha sua reivindicação atendida.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Obrigada, deputado Junior Mochi. Eu também quero dizer ao Santiago e aos policiais aqui presentes que nós estamos com vocês. Vamos levar a reivindicação da categoria ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, para a profissão de vocês, Santiago, seja regulamentada. Eu conversava agora há pouco com os meus colegas deputados Junior Mochi, Coronel Davi e Pedro Kemp, e nós estávamos nos lembrando da luta que foi travada para a criação da Polícia Penal, que, agora, precisa ser regulamentada. Nós estamos juntos e entendemos a necessidade de se valorizar o trabalho dos policiais.

Como você disse, Santiago, com um efetivo tão pequeno, a categoria tem cumprido o seu papel com muita dificuldade, mas com responsabilidade e compromisso. E vocês têm feito tudo com maestria e com compromisso com o estado de Mato Grosso do Sul. Contem conosco. Contem com esta Casa. Nós levaremos a reivindicação da categoria ao governo do estado. Não só eu, mas está aqui o deputado Pedro Kemp, o presidente Gerson Claro, o deputado Junior Mochi já se manifestou, o deputado Caravina também, enfim, todos os deputados deste Parlamento estão com vocês. Espero que possamos comemorar o 4 de dezembro, que é o Dia do Policial Penal de Mato Grosso do Sul, com essa grande conquista, que é a regulamentação da profissão de vocês. Muito obrigada a todos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhora presidente.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Apenas para justificar a ausência da deputada Gleice Jane, que se encontra numa agenda no interior do estado.

PRESIDENTE (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Justificada, então, a ausência da deputada Gleice Jane. Está reaberta a Sessão (11h30min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h31min).